TERRITORIALIDADES NO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DO CORREDOR DE BIODIVERSIDADE MIRANDA – SERRA DA BODOQUENA, MS, BRASIL

Elionete de Castro Garzoni[1]

Sérgio Ricardo Oliveira Martins[2]

O presente trabalho busca analisar as territorialidades dos diferentes sujeitos sociais envolvidos no processo de conservação ambiental no Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena, em cinco municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Para tanto, foi efetuado acompanhamento de dois anos das atividades de Educação Ambiental do referido projeto, as quais foram embasadas em metodologias participativas, e que envolveram quatro diferentes segmentos assim denominados: "Projeto", "Poder Público", "Técnicos" e "Grupos". Ao final deste período, foram efetuadas entrevistas com um destes segmentos, as quais foram tratadas pela Análise de Conteúdo (BARDIN, 2006), e analisadas as ações concretas de Educação Ambiental realizadas pelos "Grupos" em seus municípios. De posse deste resultado preliminar foi efetuada uma correlação aos conceitos de poder e territorialidade preconizados por Raffestin (1973), buscando espacializá-los no território do Corredor de Biodiversidade. Como resultado percebeu-se que as diferentes posturas dos segmentos sociais participantes podem tanto agregar valor, promovendo efetivo empoderamento comunitário, como comprometer os esforços de conservação ambiental da localidade, a partir de disputas de poder entre os sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Territorialidade, empoderamento, educação ambiental.

Eixo Temático: Ordenamento e gestão territorial

[1] Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, e acadêmica do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade de Franca – UNIFRAN. Atualmente ocupa o cargo de Coordenadora Setorial de Planejamento Físico Territorial da Prefeitura Municipal de Campinas/SP. Correio eletrônico: elionete.garzoni@yahoo.com.br

[2] Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP e Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campus de Aquidauana. Correio eletrônico: pietraecaua@uol.com.br

1 O CORREDOR DE BIODIVERSIDADE MIRANDA – SERRA DA BODOQUENA

Dentre as sérias alterações provocadas pela intensa utilização dos chamados 'recursos naturais' pelos seres humanos está a perda de *hábitat*[3], comprometendo a biodiversidade de uma região, ou de todo o planeta. Como suas conseqüências são vistas em médio e longo prazos, estratégias de conservação devem ser consideradas. Para Colli (*et al.*, 2003, p. 321) uma importante medida seria garantir a conectividade entre os fragmentos de floresta, o que contribui na manutenção de determinadas espécies, uma vez que "impede o isolamento das populações".

A partir deste princípio, surgem as estratégias denominadas Corredores de Biodiversidade, que têm por objetivo, além da interconexão das áreas protegidas, o "estabelecimento de redes de paisagens sustentáveis ao longo da região" (GALINDO-LEAL, 2003 e RAMBALDI & OLIVEIRA, 2003 *apud* TABARELLI *et al.*, 2005). Conceitualmente um corredor de biodiversidade não se restringe às divisões político-administrativas, já que seu território não é estabelecido por mecanismos legais, como ocorre com as Unidades de Conservação (UC), mas sim um limite embasado em diversos e variados critérios.

Tal condição permite dizer que, em sua concepção, um corredor de biodiversidade contempla o enfoque regional, à medida que visa estabelecer um sistema de paisagens que contribua na conservação das espécies de uma região, a partir do estabelecimento de áreas prioritárias para esta conservação. Do ponto de vista geográfico, pode-se entender um corredor de biodiversidade como resultado da "apropriação coletiva do espaço por um grupo", que se origina "das estratégias de controle necessárias à vida social", ou seja, um território (CLAVAL, 1999, p. 8).

O Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena (CBMSB), objeto desta pesquisa, está inserido na bacia hidrográfica do rio Paraguai e compreende 4.254.776,20 ha, distribuídos em sete municípios: Bodoquena, Bonito, Jardim, Miranda, Nioaque, Porto Murtinho e Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul (SEIXAS, 2005). Sua posição na América do Sul é bastante relevante, uma vez que constitui área de contato entre os biomas Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica, "o que lhe confere uma alta relevância quanto a padrões biogeográficos de fauna e flora" (PELLIN, 2006, p. 10) (Figura 1).

---

[3] Significa o lugar ou tipo de local onde um organismo ou população ocorre naturalmente. Art. 2º do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB, Brasília, DF, MMA, 2000. p. 10.

A chamada Serra da Bodoquena constitui uma importante zona de recarga de aqüífero. Na área do CBMSB existem várias Unidades de Conservação e, além delas, terras indígenas, que perfazem um total de 547.027,31 ha. De acordo com os dados do IBGE (2000), ali residem cerca de 100.000 pessoas, sendo que o município de Miranda é o de maior ocupação (23,18%) e o de Bodoquena o de menor ocupação (8,43%) (FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, 2005).

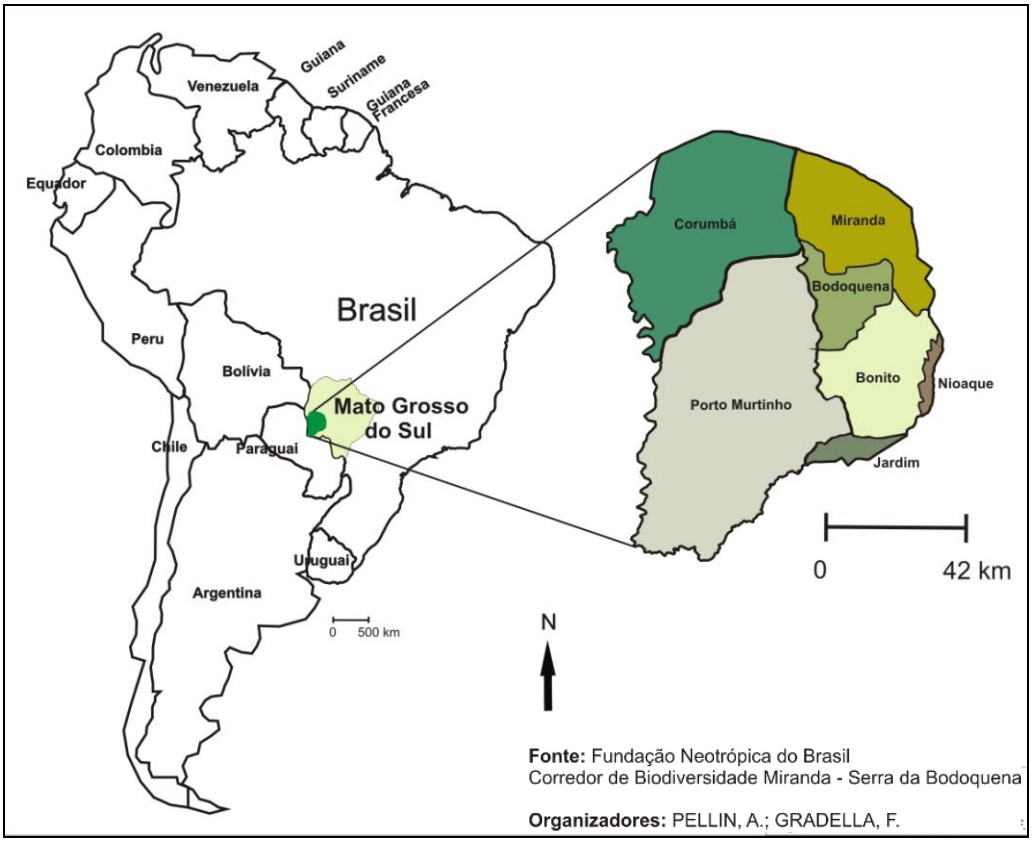

Figura 1. Mapa localizando o CBMSB na América do Sul, Brasil e Estado de Mato Grosso do Sul, apresentando seus limites e os municípios que o compõe.
Fonte: GARZONI & PELLIN, 2007.

Todavia, apesar da importância dessa região, sua biodiversidade (Figura 2) ainda está sujeita a ameaças, que vão desde a exploração madeireira até o assoreamento dos cursos d´água, passando pela monocultura, ausência de áreas de preservação permanente e empreendimentos turísticos (FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, 2005). Tais ameaças indicam as fortes relações de poder existentes neste território, quando determinados grupos objetivam manter, a partir de suas práticas, o atual modo de produção. Essa condição remete à afirmação de Raffestin (1993, p. 165) sobre ao fato de que “toda quadrícula é ao mesmo tempo a expressão de um projeto social que resulta das relações de

produção que se enlaçam nos modos de produção e o campo ideológico, presente em toda relação".

Figura 2. Exemplos de biodiversidade encontrados na área do CBMSB
Fonte: REPAMS (Disponível em: <http://www.repams.org.br>. Acesso em: 30 jan.2009).

Apesar disso e entendendo que a conservação é necessária, as ações para implementação do referido corredor são executadas pela organização não-governamental (ONG) Fundação Neotrópica do Brasil desde 2004, quando, na Fase I foram definidos os sítios de amostragem e realizados os levantamentos para identificação da riqueza biológica, na Fase II foram estabelecidas as ações prioritárias para conservação e implementação, e na Fase III foi dada continuidade aos processos anteriores.

Dentre as ações executadas pela Fundação Neotrópica do Brasil, estão as Oficinas de Educação Ambiental (EA), realizadas desde a Fase II (2006) em cinco dos municípios que compõem o CBMSB. Tais Oficinas, que foram concebidas a partir da metodologia da Pesquisa Participante e mobilizaram, em média, 150 pessoas, foram acompanhadas durante dois anos e seus resultados compõem o presente artigo.

2 METODOLOGIAS UTILIZADAS NAS OFICINAS

Entendendo que a participação dos sujeitos locais, era imprescindível à consolidação do CBMSB o componente Educação Ambiental visava "realizar a mobilização e capacitação de atores com vistas à criação de Núcleos de Educação

Ambiental nos municípios do Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena" (PELLIN, 2006).

Acreditando que para alcançar os resultados pretendidos seria fundamental estimular o empoderamento dos sujeitos sociais; lançou-se mão das premissas da pesquisa participante, pois, como citam Pádua, Tabanez & Souza (2003, p. 559), "a adoção de abordagens participativas pode incentivar populações que habitam regiões próximas a áreas naturais a se envolverem com conservação, ajudando a protegê-las".

A pesquisa participante foi desenvolvida na América Latina durante a década de 1960, buscando propor alternativas diante da crise nas ciências e da busca por uma identidade para as ciências sociais. Gabarrón & Landa (2006, p. 113) entendem que seu nascimento no Terceiro Mundo faz com que se oponha "ao discurso desenvolvimentista nascido em e para a defesa dos interesses dos países opressores e exploradores", possibilitando a articulação e defesa dos países dominados, garantindo que se posicionem a partir de seus valores e capacidades. Silva (2006, p. 124) recorda que a proposta "parte de uma crítica ao Modelo Positivista da Ciência", que entende o conhecimento como "puro, autônomo e neutro e enquanto expressão de uma verdade única e universal".

Dessa forma, durante a Fase II realizou-se, em média, 14 horas de oficina em cada município a partir da metodologia da Oficina de Futuro – Agenda 21 do Pedaço[4], que culminou na consolidação de um Plano de Educação Ambiental (PAEA) específico para cada localidade, a partir do conhecimento construído coletivamente e das necessidades apontadas pelos integrantes dos grupos durante as oficinas, apontando a direção das ações locais e instigando a criação de um grupo formal, o almejado Núcleo de Educação Ambiental (GARZONI, 2006).

Tendo em vista os resultados entendidos com positivos das Oficinas de Educação Ambiental da Fase II, optou-se pela continuidade da metodologia e dos métodos nas ações de 2007 (Fase III), quando nova série de oficinas foi proposta, desta vez com o objetivo de colocar em prática uma das proposições do PAEA.

Como forma de avaliar o processo foram realizadas entrevistas ao final das atividades, as quais foram tratadas pela metodologia da Análise de Conteúdo, que consiste em um conjunto de procedimentos metodológicos aplicados a discursos, que busca calcular a freqüência na utilização de determinados termos da linguagem,

[4] Sobre a Oficina de Futuro – Agenda 21 do Pedaço, consultar http://www.ecoar.org.br

visando com isso interpretar e analisar os relatos baseados tanto na objetividade quanto na subjetividade presentes nos mesmos, visando, basicamente, a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura (BARDIN, 2006). Os depoimentos colhidos nas entrevistas serão utilizados nos Resultados e Discussões, visando corroborar com as inferências propostas ao longo do texto.

As atividades foram realizadas por uma consultora em EA contratada, ora denominada Pesquisadora/mediadora; e pela Coordenadora do Projeto Corredor, sendo que a coordenação sofreu alteração entre as Fases II e III quando, para efeitos deste trabalho, são denominadas Coordenadora α (2006) e Coordenadora β (2007). Cabe ainda ressaltar que para o desenvolvimento das oficinas os técnicos do Projeto Corredor efetuavam contatos com as Prefeituras dos municípios envolvidos, com destaque para as Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente, comunicando a intenção do trabalho e solicitando a colaboração na logística do mesmo. Assim, toda a mobilização dos sujeitos locais era efetuada por tais órgãos, bem como a indicação de espaço físico para os encontros, cabendo aos técnicos o desenvolvimento das atividades propriamente dita.

Se essa condição de responsabilidade partilhada desde a organização era imprescindível ao almejado empoderamento dos sujeitos, também denotou o delineamento dos papéis sociais de cada um dos quatro segmentos estudados no presente artigo, que se encontram apontadas no Quadro 1:

Quadro 1. Segmentos identificados no processo do componente Educação Ambiental

Grupo	**Descrição**
Projeto	Aqui entendido como o projeto escrito, que representa a “intenção” das pessoas jurídicas envolvidas: Fundação Neotrópica do Brasil e Conservação Internacional do Brasil.
Técnicos	Sendo aqui compreendidos as Coordenadoras das Fases II e III, uma vez que foram assumidas por pessoas distintas, como a consultora contratada denominada “Pesquisadora/mediadora”, cada qual com seu papel.
Poder Público (Parceiro)	Independente da Secretaria Municipal que representavam, os Parceiros eram o apoio local na organização logística das oficinas de Educação Ambiental.
Grupos	Representados aqui pelos participantes em cada município, em sua maioria professores da rede pública, ainda que, tal qual a categoria dos ‘Técnicos’, tenham exercido papéis distintos no processo.

Fonte: GARZONI, 2009.

Dessa forma, interessa-nos menos na presente discussão os resultados diretos dos compromissos assumidos pelos Grupos em relação ao seu PAEA e mais

a manifestação de territorialidade exercida por cada segmento no território do CBMSB, juntamente com as demais instâncias consideradas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Raffestin (1993, p. 53) afirma que “o poder se manifesta por ocasião da relação”. Dessa forma, são os confrontos que surgem a partir das trocas ou da comunicação, que compõem o que o autor chama de “campo do poder”, cuja função seria organizar as conformações delas derivadas. Assim, o CBMSB pode ser entendido como um campo de poder, a partir de suas várias conformações, bem como dos diferentes sistemas de trocas e comunicações entre os segmentos que o constituem (Quadro 2), quando buscam fazer sobressair suas necessidades, quer em consonância, quer em detrimento das necessidades das demais.

Todavia, além do poder exercido no campo das relações, há também aquele que “diz respeito ao conjunto das relações mantidas com o território”, ou seja, a territorialidade (RAFFESTIN, 1993, p. 149), que o autor trata da forma que segue:

> A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Dessa forma, à medida que as relações ocorrem entre os diferentes segmentos do CBMSB, deriva das mesmas uma relação com o espaço que ocupam, quando empregam meios para manifestar materialmente seu poder, externando-o aos olhos das demais instâncias. Para maior clareza de tal abordagem, são tratadas abaixo as comparação entre as diferentes manifestações de poder e territorialidade exercidas dentro do CBMSB.

3.1 Territorialidade do Projeto

Por tratar-se de projeto financiado com recursos estrangeiros, faz-se necessário, antes da destinação da verba, que a (s) instituição (ões) financiadora (s) aprove (m) o projeto elaborado pela instituição executora (Fundação Neotrópica do Brasil) e, consequentemente, pela instituição coordenadora (CI-Brasil). Esse trâmite, que ocorre periodicamente ao final de cada Fase de Implantação, garante que tudo

que consta oficialmente no projeto já tenha sido objeto de aprovação de quem despende recursos para sua realização. Em outras palavras, as ações são previamente ‘autorizadas’ pela (s) instituição (ões) financiadora (s), pressupondo que, em diferentes instâncias, representem seu (s) interesse (s).

Se o objetivo primordial de um Corredor de Biodiversidade é compor um sistema de paisagens regional, considerando os diferentes usos da terra, com vistas à conservação da biodiversidade ali encerrada, fica clara a relevância da apropriação do espaço que isso requer. Dessa forma, e considerando o raciocínio a apontado no parágrafo anterior, não seria incorreto pressupor que, tal apropriação estaria se dando pela (s) instituição (ões) financiadora (s).

Essa condição remete à fala de Raffestin (1993, p. 166) quando alerta para o fato de que: “a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia”, que está representada pelo segmento **Projeto**. Assim, a existência de um corredor de biodiversidade será estabelecida à medida de seu reconhecimento por parte dos sujeitos locais, quer pelas políticas municipais incentivadas à sua criação, quer pelas alterações por ele propostas ao processo de ocupação do território.

E é justamente neste “reconhecimento” que reside um dos grandes desafios do **Projeto** quando, para comunicar efetivamente sua intenção, carece da admissão dos demais segmentos (Poder Público, Técnicos e Grupos) e dos demais sujeitos locais. Como parte de suas estratégias, algumas das ações que compõem o **Projeto** buscam gerar, em diferentes níveis, a apropriação do território, a partir de espacializações, ou da materialização das ações do **Projeto** no território do CBMSB. O Quadro 2 aponta tais ações, identificadas nas Fases II e III:

Quadro 2. Ações do Projeto que implicam em espacialização/apropriação do território

FASES	AÇÕES QUE IMPLICAM EM ESPACIALIZAÇÃO
Fase II	Implantar e acompanhar Núcleos de Educação Ambiental nos municípios
	Implantar e acompanhar Núcleos de Geoprocessamento nos municípios
	Incentivar a criação de uma Unidade de Conservação no Pantanal do Nabileque
	Incentivar a criação de áreas protegidas públicas municipais
	Incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
Fase III	Incentivar a criação de áreas protegidas privadas e públicas municipais
	Incentivar a aplicação de melhores práticas para a conservação em propriedades rurais

Fonte: GARZONI, 2009.

Além destas, que geram espacialização direta, cabe citar as ações que denotam o poder do **Projeto** a partir do controle da informação, como é o caso dos levantamentos de biodiversidade, sócio-econômico, e da criação de um Banco de Dados sobre a região. Tais ações remetem às discussões efetuadas por Raffestin (1993, p. 68) sobre o recenseamento, quando o autor afirma que "O recenseamento é um saber, portanto um poder".

Dentre as ações apontadas no Quadro 2, destacam-se aquelas que criam Unidades de Conservação, pois, qualquer seja o tipo de UC estabelecida nos municípios (*no Pantanal do Nabileque, áreas protegidas públicas municipais ou Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN*), elas são grafadas com a 'marca' do Projeto Corredor de Biodiversidade, tanto perante os demais segmentos, como perante os financiadores estrangeiros, constando nos relatórios como objetivos alcançados/cumpridos.

3.2 Territorialidade do Poder Público

O papel dos Parceiros nas Oficinas de Educação Ambiental reunia basicamente duas tarefas: mobilizar os sujeitos locais, ceder local para a realização dos encontros. Apesar disso, alguns dos representantes do **Poder Público** participaram ativamente dos encontros, o que de fato era a atitude esperada pelo **Projeto** e pelos **Técnicos**, contudo, nem sempre esta presença agregou o valor almejado, havendo desde Parceiros engajados e ativos, a Parceiros distantes e omissos aos acontecimentos das oficinas, quiçá resistentes à sua realização.

Alguns casos de omissão puderam ser entendidos como decorrentes da falta de tempo para dedicação à tarefa proposta ou à falta de consciência da transformação social almejada por meio das práticas de EA. Em contrapartida, um outro perfil de Parceiro que, compreendia em profundidade as intenções (tanto do **Projeto** como dos **Técnicos**), estiveram presentes, mas deixando claro que seu acompanhamento se devia a uma forma de 'fiscalização' das ações executadas, para não perder/comprometer o poder por eles representado, quando pública e insistentemente, colocavam em cheque a autoridade dos **Técnicos** perante os demais participantes, exerciam a indiferença como forma de desvalorização. Tal situação foi observada também por um dos participantes, conforme depoimento:

Para o município, eu vejo que foi um problema. [...] a oficina incomodou, porque a oficina ela tenta mostrar uma realidade do município que às vezes para o próprio poder público

municipal não é interessante porque eu vejo que eles tentaram de uma forma [...] não levar muitas pessoas que faziam parte principalmente da área de educação para os encontros. Então [...] eu vi que incomodou muito o município nesse ponto; (Miranda)

Assim, apesar da territorialidade do **Poder Público** não se manifestar em ações claramente espacializadas, a exemplo do que foi apontado como as territorialidade do **Projeto**, o fato de os Parceiros agregaram valor ao movimento, a partir de seus incentivos; ou comprometê-lo, a partir de suas críticas e posturas inibitórias, implicaria diretamente nas eventuais manifestações de territorialidade dos Grupos, que assistiam e vivenciavam tais relações.

3.3 Territorialidade dos Técnicos

Em tese, os **Técnicos** deveriam representar integralmente os interesses do **Projeto**. Todavia, foram identificadas atitudes e posturas que apontam que isso não ocorreu em totalidade, o que foi atribuído às divergências ideológicas entre a pessoa jurídica e as pessoas físicas. Para iniciar tal discussão faz-se necessário tratar em separado as Fases II e III, considerando que houve mudança na coordenação do Projeto Corredor, o que alterou vários dos encaminhamentos.

Durante a Fase II, todo poder exercido, quer pela Coordenadora α, quer pela Pesquisadora/mediadora, foi embasado pela 'autoridade' que, conforme Castro (2005, p. 103) diz respeito à "capacidade de se fazer obedecer através da mediação da lei, da tradição ou do carisma", ou seja, aqueles que se submetem à autoridade o fazem de forma legitimada, reconhecendo e aceitando essa forma de poder. Dessa forma, os encontros foram realizados em clima extremamente amistoso gerando bons frutos e um envolvimento gradativo dos grupos à medida que aumentava seu vínculo e relação de confiança com os **Técnicos**. Conscientes da morosidade dos processos participativos os **Técnicos** da Fase II exercitaram conscientemente a valorização dos saberes locais e das experiências trazidas aos encontros, além de valorizar prioritariamente os resultados qualitativos em detrimento dos quantitativos.

Entretanto, na medida em que a Coordenadora β ingressa para conduzir as atividades da Fase III, várias destas posturas foram substituídas por atitudes, em alguns casos, até opostas, gerando relações mais hierárquicas e rompendo o senso de equipe. Não há como afirmar o motivo que levou a Coordenadora β a assumir tal postura. Aparentemente ela estava mais comprometida com os resultados esperados pela instituição coordenadora e os financiadores que são muito mais

quantitativos que qualitativos. Pode-se inferir também que esse era o seu perfil de trabalho, quando não lhe ocorria que suas posturas poderiam comprometer o vinculo de confiança já estabelecido com os **Grupos**; ou ainda poderia ser uma forma de demonstrar seu poder pessoal perante a Pesquisadora/mediadora e os **Grupos**.

Independente da explicação, esta pesquisa acredita que a postura da Coordenadora β pode ter sido responsável pelos diferentes resultados das ações em cada um dos municípios, apesar de todos terem sofrido o mesmo processo, uma vez que não era comprometida com uma EA crítica, transformadora e emancipatória. O depoimento abaixo retrata a situação:

A Coordenadora β [...] ficou um pouco distante, [...] faltou o contato, porque a Coordenadora α estava mais em contato, estava vivendo assim, o dia a dia dos trabalhos, e [com] a Coordenadora β [...] não houve assim um momento de contato [...] ou ela é daquele jeito, mas, faltou essa interação; (Miranda)

De toda forma percebe-se que, assim como ocorreu com o **Poder Público**, o poder dos **Técnicos** está muito mais focado naquele exercido nas relações do que naqueles que geram espacialização e que, portanto, manifestam territorialidade.

3.4 Territorialidade dos Grupos

Assim como as ações do **Projeto**, as ações dos PAEAS, elaborado pelos **Grupos**, poderiam gerar ou não espacialização. Dessa forma, foi gerado o Gráfico 1, que indica os percentuais das ações que implicavam em espacialização, contra aquelas que se mantinham no campo das relações, e a espacialização das ações escolhidas para serem postas em prática durante a Fase III. Tem-se que, de modo geral eram poucas as ações que implicariam em manifestações de territorialidade por parte dos **Grupos**, sendo o município de Bodoquena o que apresentou o maior índice (18%), sendo que, na maior parte dos casos, o poder dos **Grupos** manifestar-se-ia no campo das relações.

Apesar disso, o Gráfico 1 permite verificar também que o índice inicial não consiste condição para o sucesso dos grupos na implementação das ações, pois o município de Miranda, apesar de seu pequeno índice inicial (5%), viabilizou o maior número de ações espacializadas transformando o que seriam palestras de sensibilização nas escolas e uma gincana em imponente Semana de Educação Ambiental – SEA, mobilizando grande número de sujeitos sociais.

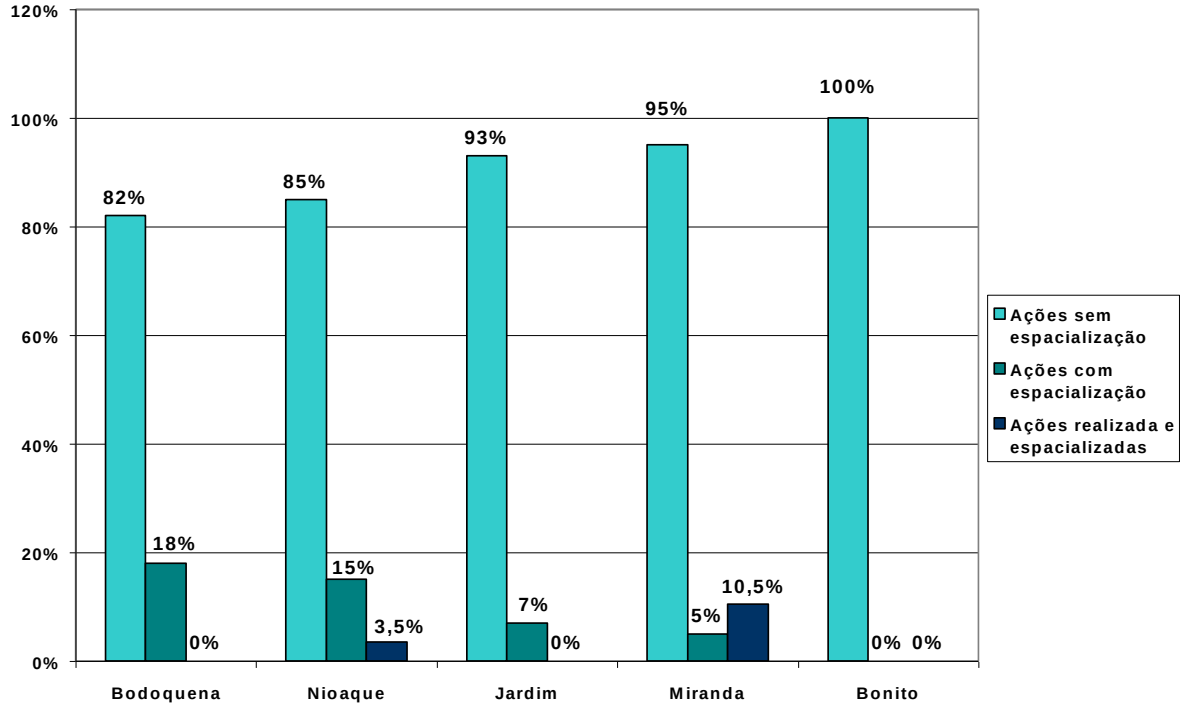

Gráfico 1. Ações do PAEA quanto à espacialização/territorialidade
Fonte: Adaptado de GARZONI, 2009.

O sucesso da SEA pode ser percebido não somente por sua repercussão no município, como também pela satisfação do **Grupo** quando, expostos à auto-avaliação, demonstrou tanto maturidade para reconhecer as falhas, como orgulho pelos momentos de superação, em especial o "Sentimento de 'poder' (poder transformar o mundo)" externado por um dos sujeitos do grupo:

[...] foi uma das melhores semanas de educação ambiental de todos os tempos [...] porque sem recursos nenhum, sem nada, só com as oficinas, nós chegamos nas escolas, palestrando nas escolas, você conseguia passar aquilo para as crianças ali naquela semana [...] e surtir efeito dentro do município, então não precisou do poder público e ninguém estar... Só nós, [...] os famosos educadores ambientais; (Miranda)

Em contrapartida, observou-se que algumas manifestações de territorialidade ocorreram sem vínculo direto com o PAEA, a partir de ações que não estavam previstas naquele documento, a exemplo da horta constituída no Centro de Educação Infantil Amália Martins Gazote, em Nioaque, que os professores afirmam ter 'saído do papel' após os estímulos das Oficinas de Educação Ambiental.

Cabe então indagar: "por que os resultados foram tão distintos se as ações foram as mesmas em todos os municípios?". Uma das respostas possíveis seria: "porque em alguns municípios os grupos já se apresentavam mais maduros e mais receptivos à proposta", ou, como propõe Claval (1999, p. 16) a explicação pode estar nas identidades, que, segundo o autor, estão totalmente agregadas à questão

do território, quando “a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades”. Assim, os **Grupos** que possuíam maior identidade com o lugar, ou identidade entre si, teriam conseguido melhores resultados na empreitada, retratado abaixo:

[...] conseguimos através do conhecimento, do nosso trabalho, da nossa credibilidade também como pessoas que estavam querendo fazer algo em prol da nossa comunidade, pessoas que vieram ali e participaram e trouxeram mais atrativos ainda, mais pessoas interessadas em participar; (Miranda)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ademais as colocações já expostas, houve um ensejo em resumir os resultados desta pesquisa quanto à manifestação de poder dos segmentos abordados e o quanto cada um deles contribuiu, ou não, no processo conforme o tipo de postura assumida, o que foi feito no Quadro 3, que também aponta o *status* da manifestação de territorialidade dos **Grupos**. Salientando apenas que, por entender posturas distintas entre a Coordenadora β e a Pesquisadora/mediadora seus papéis foram tratados em separado.

Verifica-se que Miranda constituiu o único exemplo da localidade onde a autoridade da Pesquisadora/mediadora não foi colocada em xeque, nem pelo **Poder Público**, nem pela Coordenadora β. Esse fato, somado à presença de sujeitos pró-ativos nas oficinas fez com que o **Grupo** conseguisse extrema superação na tarefa acordada, configurando um princípio significativo de empoderamento e, conseqüentemente, indicando o grande legado deixado no município pelo **Projeto**.

Em Nioaque, apesar da postura assumida pelo Parceiro local (**Poder Público**) e pela Coordenadora β comprometerem em parte o processo ocorreu a já mencionada horta; enquanto em Bodoquena, apesar da postura muito favorável do Parceiro **Poder Público**, a postura da **Técnica** (Coordenadora β) foi entendida como comprometedora dos resultados.

No município de Bonito o fator mais comprometedor foi o próprio **Grupo**, dentro do qual havia muitas lideranças disputando poder e atenção, o que inviabilizou que qualquer ação coletiva fosse colocada em prática.

Quadro 3. Posturas assumidas pelas diferentes instâncias no CBMSB

Município	Instâncias	Agregou Valor	Indiferente / Inexpressiva	Comprometeu Resultados	Manifestação territorialidade do Grupo
Nioaque	**Projeto**	X			**Singela (Horta)**
	Poder Público			X	
	Coordenadora β			X	
	Pesq./mediadora		X		
	Grupo	X			
Bodoquena	**Projeto**	X			Não ocorreu
	Poder Público	X			
	Coordenadora β			X	
	Pesq./mediadora		X		
	Grupo		X		
Miranda	**Projeto**	X			**Significativa (Semana de Educação Ambiental)**
	Poder Público		X		
	Coordenadora β		X		
	Pesq./mediadora	X			
	Grupo	X			
Bonito	**Projeto**		X		Não ocorreu
	Poder Público		X		
	Coordenadora β			X	
	Pesq./mediadora		X		
	Grupo			X	
Jardim*	**Projeto**	X			Não ocorreu
	Poder Público	X		X	
	Coordenadora β			X	
	Pesq./mediadora		X		
	Grupo		X		

* No município de Jardim dois Parceiros acompanharam os encontros.
Fonte: Adaptado de GARZONI, 2009.

Em Jardim, uma situação peculiar em relação ao **Poder Público** acabou por 'neutralizar' suas ações, já que dois Parceiros fizeram parte do processo, um 'agregando valor' e outro 'comprometendo-o'. E, em muitas localidades o movimento não obteve sucesso, tanto pela estrutura como pelos participantes, conforme depoimentos abaixo:

[...] eu vejo que nós também deixamos um pouco a desejar, porque muitas vezes o grupo não estava [...] Então acho que o objetivo às vezes deixa um pouco de ser alcançado justamente por isso, pela falta de, não digo de companheirismo, mas pela falta daquela integração; (Jardim)

[...] eu observei assim que muitos realmente participaram de coração, mas outros não, os outros foram meio que encostando nos outros [...] Porque na hora mesmo de falar "vamos fazer", muitos falaram que ia fazer e por fim, não fez. Então não houve aquela participação muito, de fato assim por eles; (Miranda)

Apesar de tais constatações, ao considerarmos a fala de Demo (2001 *apud* TOZONI-REIS, M., 2007, p. 153), quando diz que "todos os processos participativos profundos tendem a ser lentos", não seria equívoco afirmar que as oficinas trouxeram uma efetiva contribuição, senão em termos práticos, em termos reflexivos e de sensibilização.

Um fato que não pode ser desconsiderado é que, com maior ou menor ênfase, abrangência ou envolvimento, as Oficinas de Educação Ambiental marcaram presença nos municípios onde ocorreram, oportunizando a alguns dos sujeitos locais as práticas participativas tão imprescindíveis para a transformação da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

CLAVAL, P. **O território na transição da pós-modernidade**. Geographia. ANO I - Nº 2 - JUL-DEZ 1999- Publicação on-line em dezembro de 2004. Disponível em: <http:// www.uff.br/geographia/rev_02/paul%20claval.pdf>. Acesso em: dez/2008.

COLLI, G. R., ACCACIO, G. M., ANTONINI, Y., CONSTANTINO, R., FRANCESCHINELLI, E. V., LAPS, R. R., SCARIOT, A., VIEIRA, M. V., WIEDERHECKER, H. C. **A fragmentação dos ecossistemas e a biodiversidade brasileira**: uma síntese. 2003. Disponível em: <http://www.corredores.org.br/?pageId=texto&path=%2Fcontent%2FCorredores%2FNordeste%2FPublica%E7%F5es%2FArtigos>. Acesso em: 27 mai. 2007.

FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, **Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena**: proposta para a Fase II – Ações Prioritárias do Plano de Conservação e Implementação. Bonito, 2005.

GABARRÓN, L. R., LANDA, L. H. O que é a pesquisa participante? In: BRANDÃO, C. R., STRECK, D. R. (orgs.) **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006 p. 93-121.

GARZONI, E. C. Mobilização e capacitação de atores com vistas à criação de núcleos de Educação Ambiental nos municípios do Corredor Miranda – Serra da Bodoquena. In: PELLIN, A. (org.) **Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda –**

Serra da Bodoquena: Ações Prioritárias do Plano de Conservação e Implementação. Relatório Técnico Final (não publicado). Volume III. Bonito, 2006.

GARZONI, E. C. **Brilho nos olhos, entusiasmo no coração: educação ambiental e territorialidade no Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Mestrado em Geografia, Aquidauana, 2009.

GARZONI, E. C., PELLIN, A. **A Educação Ambiental no processo de implementação do Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena (Mato Grosso do Sul, Brasil) como ferramenta para mobilização social**. Anais do II Congreso Latinoamericano de Parques Nacionales y otras Áreas Protegidas. Bariloche, Argentina, 2007. Disponível em: <http://www.congresolatinoparques2007 .org/envio.htm>.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

PADUA, S. M., TABANEZ, M. E., SOUZA, M. G. A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza. In: CULLEN JR., L., VALLADARES-PADUA, C., RUDRAN, R. (orgs.) **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. Curitiba: Ed. da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003, p. 557-569.

PELLIN, A. (org.) **Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena**: Ações Prioritárias do Plano de Conservação e Implementação. Relatório Técnico Final (não publicado). Volumes I e III. Bonito, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1973.

SEIXAS, G. H. F. (org.) **Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena**: Características e Oportunidades. Relatório Técnico Final (não publicado). Campo Grande, 2005.

SILVA, M. O. S. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. In: BRANDÃO, C. R., STRECK, D. R. (orgs.) **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006 p. 123-149.

TABARELLI, M., PINTO, L. P., SILVA, J. M. C., HIROTA, M. M., BEDE, L. C. **Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira**. Revista Megadiversidade, Volume 1, Nº 1, Julho 2005. Disponível em: <http://www.corredores.org.br/?pageId=texto&path=%2Fcontent%2F Corredores%2FNordeste%2FPublica%E7%F5es%2FArtigos>. Acesso em: 27 mai. 2007.

TOZONI-REIS, M. F. C. A pesquisa-ação-participativa e a educação ambiental: uma parceria construída pela identificação teórica e metodológica. In: TOZONI-REIS, M. F. C. (Org.) **A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental**: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume; FAPESP. Botucatu: Fundibio, 2007.